

Conversão

GAZETA MERCANTIL

da dívida

sem desconto

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo já admite a possibilidade de converter a dívida externa ao par (sem desconto) para os títulos envolvidos no projeto de "dinheiro novo", acertado em 1988, desde que se destine ao programa de privatização.

Ontem, o presidente do Banco Central, Francisco Roberto André Gros, deixou clara, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a possibilidade de a conversão ao par ser discutida no âmbito da negociação da dívida externa.

"Estamos propondo que os recursos possam ser usados na privatização, sem deságio, e eu chamaria a isto de reconhecimento de situação diferenciada", disse o presidente do BC ao responder a uma indagação do senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) sobre a conversão. Na verdade, o Brasil pretende dar um tratamento em separado aos US\$ 4,6 bilhões que envolvem o projeto do "dinheiro novo", conforme assinado em 1988 com os bancos credores privados, mas apenas uma parcela de US\$ 1,8 bilhão é passível de ser convertida ao par, de acordo com o acerto original.

Aquele valor é parte do "parallel-financing project" — projeto de financiamento paralelo —, que recebeu adesões no valor de US\$ 3,12 bilhões dentro do projeto de "dinheiro novo". A parcela de US\$ 1,8 bilhão, conforme previsto, foi contratada com cláusula que permitia sua conversão para investimento ao par, pelo valor de face da dívida externa, mas isso

nunca ocorreu porque o governo acabou não dando andamento ao processo.

Desde que as negociações da dívida foram retomadas, em 1990, os bancos credores, principalmente os alemães, vinham pressionando o governo para que reconhecesse as condições acertadas para a conversão.

O negociador da dívida externa, Pedro Malan, está em Brasília para acertar os detalhes da contraproposta de negociação que o País apresentará aos credores privados externos, possivelmente no dia 17 próximo. Gros confirmou que a dívida contratada com bancos brasileiros no exterior, no valor de cerca de US\$ 7 bilhões, será negociada em separado.

(Ver página 24)

O governo federal reabre hoje as negociações sobre a dívida dos estados e municípios. Durante um almoço na casa do líder do governo no Senado, senador Marco Maciel (PFL-PE), representantes da área econômica vão apresentar às lideranças partidárias a minuta do projeto de resolução do Executivo que define os limites futuros de endividamento.

(Ver página 21)